



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

Relatório da Viagem da Senadora Augusta Brito ao 3º Encontro de Parlamentares intitulado "Armas & Género: Hacia una agenda regional de control parlamentário"

Data da Viagem: 05 a 08 de outubro de 2023

Local: Santiago, Chile

Participante: Senadora Augusta Brito

Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar um resumo das atividades e de minha participação no 3º Encontro de Parlamentares intitulado "Armas & Género: Hacia una agenda regional de control parlamentário" realizado em Santiago, Chile, em 06 de outubro do corrente ano.

O evento, organizado pelo Gender Responsive Small Arms Control (GENSAC), pela Asociación para el Análisis de Políticas Públicas (APP) e pela Red de Seguridad Humana para América y el Caribe (SEHLAC), com a colaboração da Small Arms Survey, teve como objetivo discutir temas relativos à prevenção da violência armada com uma perspectiva de gênero.

Objetivos da Viagem

O uso de armas de fogo desempenha um papel central na discussão, já que 70% dos crimes são cometidos com esse tipo de arma. Os homicídios de mulheres também são alarmantes, com 52% ocorrendo apenas na América do Sul. A participação do Senado Federal nesse encontro era crucial para enriquecer nosso trabalho legislativo no combate à violência de gênero.

Participaram parlamentares, órgãos governamentais e membros da sociedade civil de países da América Latina e Caribe, regiões consideradas algumas das mais violentas do mundo.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

Participação no evento

Durante o encontro, apresentei aos parlamentares uma análise abrangente da situação do registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Brasil. Destaquei o fato de que, desde 2013, o Estatuto do Desarmamento regulamenta esse cenário. No entanto, a dinâmica desse controle mudou significativamente a partir de 2019, com a publicação de mais de 40 decretos e portarias que flexibilizaram as políticas de controle e acesso a armas e munições.

Em 2021, os CACs (caçadores, atiradores e colecionadores de armas) possuíam um total de 648.731 armas, superando o armamento das Polícias Militares, que totalizavam 583.498 armas. O Brasil enfrenta atualmente a realidade de cerca de 2 milhões de armas de fogo nas mãos de civis, o que representa um aumento alarmante.

No governo anterior, o Brasil testemunhou a liberação média de 619 novas armas por dia, totalizando 26 armas a cada hora, durante os quatro anos de mandato. Essa flexibilização teve sérias consequências: de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um retorno ao crescimento das mortes violentas no país após dois anos de declínio.

Um ponto de destaque em minha apresentação foi a relação direta entre a flexibilização do porte de armas e o aumento dos feminicídios no Brasil. De acordo com um relatório do Instituto Sou da Paz, em 2020, para cada duas mulheres assassinadas, uma foi morta a tiros, um fenômeno diretamente ligado às políticas de flexibilização do controle de armas.

Os números são alarmantes: em 2020, houve 1.920 vítimas fatais de violência armada, um aumento de 5,6% em comparação a 2019. Alarmantemente, sete em cada dez registros de feminicídios armados no Brasil envolvem mulheres negras como vítimas, destacando uma disparidade preocupante. O cenário de violência doméstica e de feminicídio também cresceu, conforme apontado no Atlas da Violência.

Em 2022, o Monitor da Violência registrou um aumento de 5% no número de vítimas de feminicídio em comparação com o ano anterior. Até junho de 2023, 862 feminicídios foram registrados pela imprensa no Brasil, dos quais 599 foram consumados e 263 apenas tentados. Em média, o Brasil enfrenta 3,32 assassinatos de mulheres por dia.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

Na sequência de minha apresentação, destaquei as ações tomadas pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para enfrentar essa crise. Em janeiro de 2023, foi assinado o Decreto nº 11.366, que reduziu drasticamente a flexibilidade nas políticas de compra e porte de armas. A medida incluiu a suspensão de registros para a aquisição e transferência de armas de fogo e munições de uso restrito por CACs e particulares, restrição de quantidades de aquisição de armas e munições de uso permitido, suspensão da concessão de novos registros de clubes e escolas de tiro, bem como a suspensão da concessão de novos registros de CACs.

Mais recentemente, em julho de 2023, o Presidente Lula anunciou uma nova política nacional de controle de armas e munições. Essa política tem como foco a redução dos calibres permitidos, a diminuição dos limites de aquisição de armas para CACs, e o reforço da fiscalização e do controle dos arsenais.

Além disso, medidas financeiras foram adotadas, como a alocação de 80% das parcelas do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações de combate aos homicídios, direcionando aproximadamente R\$800 milhões para reduzir mortes violentas. A parcela do FNSP repassada pelo governo federal aos estados também aumentou, chegando a cerca de um bilhão de reais em 2023. Parte desses recursos, 10%, será destinada ao combate à violência contra as mulheres, enquanto outros 10% visarão melhorar a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública.

No âmbito legislativo, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 1.419/2019, que proíbe a aquisição de armas de fogo por agressores de mulheres, idosos ou crianças. Esse projeto está atualmente em análise pela Câmara dos Deputados e inclui a perda da validade dos registros de armas já existentes em nome do agressor e a apreensão imediata de armas de fogo em sua posse, mesmo que não tenham sido usadas na agressão.

Além das ações em âmbito federal, destaquei a Lei 16.974/2019 no Ceará, que instituiu a Política Estadual de Controle de Armas de Fogo. Essa legislação, de autoria do deputado Renato Roseno e minha coautoria, enquanto deputada estadual à época, visa prevenir, combater e erradicar o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes, e





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

munições. A lei também estabelece regras para a numeração das munições adquiridas no estado, visando rastreabilidade pelas autoridades de segurança.

Além disso, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência liderou uma pesquisa de campo em parceria com o Governo do Estado e UNICEF, mapeando as famílias que tiveram adolescentes assassinados em 2015 em sete cidades cearenses. Esse trabalho resultou em recomendações ao governo do estado para a criação de um Plano Estadual de Controle de Armas de Fogo e Munições, que inclui a transparência nas informações sobre venda de armas e a origem das armas apreendidas. As prefeituras devem criar iniciativas para a entrega voluntária de armas de fogo e munições, enquanto o Tribunal de Justiça deve garantir o controle das armas de fogo e munições sob custódia do Estado.

Em resumo, minha apresentação destacou a urgência de ações eficazes para o controle de armas e a prevenção da violência, especialmente no contexto de gênero, e ressaltou as medidas adotadas pelo governo e pelo legislativo para abordar esse problema complexo.

É importante destacar, também, o encontro com as senhoras Paula Salvo, representante da Corporación Humanas - Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género, a deputada da Colômbia, Alexandra Vasquez, e a diretora da organização brasileira Sou da Paz, Carolina Ricardo, que colaboraram para a discussão de temas tão relevantes, além do trabalho do sr. Romolo Mazzoccante Júnior, assessor de meu gabinete, que ofereceu apoio crucial, visto a barreira do idioma, auxiliando-me no trato com as autoridades e oferecendo tradução simultânea durante todo o evento.

Conclusão

O 3º Encontro de Parlamentares sobre Armas e Gênero, que reuniu legisladores de nações latino-americanas, desempenhou um papel fundamental como plataforma de discussão acerca da relação direta entre o aumento da posse de armas pela população e o crescente número de vítimas do sexo feminino.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

Durante o evento, examinamos minuciosamente como as assembleias legislativas de nossos respectivos países podem se unir para enfrentar essa grave questão, propondo iniciativas legislativas eficazes destinadas a combater a violência de gênero. Essa colaboração regional reflete nosso compromisso conjunto em busca de soluções concretas e do fortalecimento das políticas de controle de armas e proteção às mulheres.

Acordos:

Senadora



Assinado eletronicamente, por Sen. Augusta Brito

Senado Federal – Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 14 - Zona Cívico-Administrativa – Brasília, DF – 70165-900

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticidade/legis/3382862760gustabrito@senado.leg.br>